

AVANÇO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA: uma análise a partir de indicadores de Bem Viver em povos e comunidades tradicionais do Baixo Tocantins.

Milena Moia Pimentel¹Bianca Rodrigues da Silva²Miguel Nery da Silva³Daniel Roberto Rocha Sousa⁴Layane Caroline Pantoja Castilho⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central mapear os indicadores de Bem Viver em povos e comunidades tradicionais dos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena e Moju, integrantes da Região do Baixo Tocantins, além de avaliar os impactos decorrentes de intervenções governamentais e/ou privadas sobre os mesmos. O conceito de Bem Viver, compreendido como uma existência social alternativa inspirada em cosmologias indígenas autogestionadas, possibilita visualizar de forma mais aprofundada o antes e depois da implementação de tais intervenções geradoras de impactos socioambientais, realidade historicamente imposta à Amazônia. Amparou-se, para além da categoria de Bem Viver, no materialismo histórico-dialético. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental de materiais elaborados pelas, sobre ou junto de povos e comunidades tradicionais dos municípios. Os resultados demonstraram que atualmente os indicadores de Bem Viver estão sendo suprimidos pelo Avanço do Capital na região, o qual expropria modos de vida de populações amazônicas.

Palavras-chave: Indicadores de Bem Viver. Povos e Comunidades Tradicionais. Avanço Capitalista.

ABSTRACT

The central objective of this article is to map the indicators of Living Well in traditional peoples and communities in the municipalities of Abaetetuba, Acará, Barcarena and Moju, members of the Lower Tocantins Region, and assess the impacts resulting from government and/or private interventions on them. The concept of Living Well, understood as an alternative social existence inspired by self-managed indigenous cosmologies, makes it possible to visualize, in a deeper

¹ Universidade Federal do Pará; Assistente Social; Mmoia.pimentel@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará; Graduanda em Serviço Social; Biancarodrigues1298@gmail.com.

³ Universidade Federal do Pará; Mestrando em Serviço Social; Miguelnery468@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Pará; Graduando em Serviço Social; Danielrobertosousa12@gmail.com.

⁵ Universidade Federal do Pará; Graduanda em Serviço Social; Layane1caroline@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

way, the before and after implementation of such interventions that generate socio-environmental impacts, a reality historically imposed on the Amazon. In addition to the category of Living Well, it is supported by the historical-dialectical materialism. To this end, we conducted a bibliographic and documentary research of materials prepared by, about, or with traditional peoples and communities in the municipalities. The results showed that currently the indicators of Living Well are being suppressed by the advance of capital in the region, which expropriates ways of life of Amazonian populations.

Keywords: Living Well Indicators. Traditional Peoples and Communities. Capitalist Advance.

1 INTRODUÇÃO

Compreender os caminhos que perpassam os impactos das políticas de desenvolvimento econômico e ambiental em territórios tradicionalmente ocupados é um grande desafio, pois na maioria dos casos os indicadores sociais tomados como base são insuficientes para dar conta das especificidades e diversidade que conformam o que se entende como riqueza ou pobreza localmente, cujas concepções têm-se baseado, sobretudo, em ideários colonialistas e moderno-capitalistas a respeito da Amazônia (QUIJANO, 2005). Realidade eminentemente expressa na Região do Baixo Tocantins, especialmente nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena e Moju, foco desta pesquisa.

Estabelecida como fronteira de expansão que vive o atraso e serve como fonte inesgotável de recursos naturais e humanos, a região amazônica é constantemente alvo de legislações, acordos, instrumentos e outras intervenções estatais para seu “desenvolvimento”. Todavia, ao visualizar essas práticas políticas em povos e comunidades tradicionais, percebe-se que há algo muito mais limitante entre o que o poder público expressa como necessário para superação do empobrecimento e o que esses povos têm apontado como fundantes de suas mazelas, as quais, inclusive, são fomentadas pelo próprio Estado.

Nesse sentido, o conceito de bem-estar social, que traz consigo categorias universalizadas por instituições unilaterais com ingerência mundial, define histórica e territorialmente ideias e práticas divergentes das que povos e comunidades

tradicionais afirmam como necessárias para a realização coletiva (DOURADO, 2019), além de contrapor a concepção de Bem Viver.

Apesar de ainda estar sendo construído cotidianamente, o conceito de Bem Viver, originado a partir de cosmologias indígenas e praticado há milhares de anos por povos e comunidades tradicionais da América Latina, trata-se de uma existência social alternativa às práticas capitalistas desenvolvimentistas (QUIJANO, 2013), fundamentada na visão do todo ou da Pacha; na convivência pautada na multipolaridade, na busca de equilíbrio, na complementaridade da diversidade e na descolonização (SOLÓN, 2019).

Mas como caracterizar esta alternativa ao desenvolvimento? Trata-se de uma nova forma de viver? Para os povos e comunidades tradicionais, não. Sobre os possíveis elementos de Bem Viver, sabe-se primariamente que eles não são universais, mas pontuados dentro do que cada povo e comunidade apresenta como importante para sua reprodução social. Porém, quais elementos devem ser considerados a fim de serem descritos como elementos de Bem Viver?

Em resposta a essas e outras tantas perguntas, Alcântara e Sampaio (2020) apresentam uma matriz de Indicadores de Bem Viver, a qual subsidiou a análise e a coleta dos dados a partir das dimensões social (harmonia com a comunidade integral) e integral (harmonia com a natureza), subdivididas em nove dimensões específicas: fatores produtivos, participação, família, segurança, educação, saúde, território, natureza e pertencimento.

Por serem indicadores sociais, os indicadores de Bem Viver são “[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, utilizado a fim de substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato” (JANNUZZI, 2002), os quais fundamentam o olhar e a intervenção a respeito de fenômenos sociais, baseiam políticas sociais e o planejamento público em diversas dimensões e oportunizam conhecer as condições de vida da população, além de aproximar as condições reais de reprodução social de determinada parcela da população para todo



o restante da sociedade civil, permitindo assim engajamento político-científico, econômico-social e ambiental.

Desse modo, o presente trabalho objetiva mapear os indicadores de Bem Viver em povos e comunidades tradicionais dos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena e Moju, integrantes da Região do Baixo Tocantins, bem como avaliar os impactos causados por intervenções estatais e/ou capitalistas sobre os mesmos, o que permitiu a visualização do antes e depois de interferências governamentais e privadas geradoras de impactos socioambientais. Tal investigação integra o projeto de pesquisa intitulado “Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades sociais na Amazônia”, aprovado na Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa A e no Comitê de Ética - CEP, Parecer nº 4.003.742.

A respeito dos materiais de análise, tem-se os seguintes: relatórios antropológicos, cartografias sociais, protocolos de consulta, cadernetas ecológicas, relatórios de diagnóstico Fundo Dema, produções acadêmicas produzidas pelas, sobre ou junto das comunidades identificadas nos referidos municípios e, por fim, os relatórios dos cursos de lideranças socioambientais. Para além da categoria de Bem Viver, amparou-se no materialismo histórico-dialético como aporte para compreender a realidade apresentada e, então, encontrar caminhos para transformá-la.

2 BEM VIVER: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA COMPREENDER TAL CONCEPÇÃO

Segundo Pablo Sólon (2019), as concepções indígenas autogestionadas que hoje dão sentido ao conceito de Bem Viver passaram despercebidas por quase todo o Séc. XX de setores de esquerda e organizações sociais urbanas, até que com o desenvolvimento assustador do neoliberalismo e do Consenso de Washington, o fim do socialismo soviético, o aumento massivo da mercantilização de diversas esferas da natureza, o avanço das privatizações e a iminente falta de alternativas mobilizaram

PROMOÇÃO



APOIO





a visualização de compreensões indígenas até então desprezadas pela modernidade capitalista.

Essa realidade se aprofundou em países andinos, com a demissão de milhares de trabalhadores via efetivação de medidas neoliberais e deslocamento de mineiros, considerados por um século símbolos de luta trabalhista para todos os setores sociais, fazendo com que indígenas e camponeses cobrassem notoriedade. Esse processo levou a institucionalização do conceito de Bem Viver nas constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008).

No entanto, esse avanço, apesar de importante, levou a inúmeras problemáticas, tanto pelo entendimento como pela efetivação equivocada e simplista do que verdadeiramente significaria Bem Viver, incorporado até por instituições abertamente capitalistas, tornando-se, portanto, “[...] um espaço de controvérsia e diálogo, no qual não há verdade absoluta, mas múltiplas verdades - e inumeráveis mentiras canonizadas em seu nome” (SOLÓN, 2019).

De acordo com Acosta (2016), o Bem Viver, também nomeado como Buen Vivir ou Vivir Bien, é um conceito inspirado nas cosmologias sumak kawsay (kíchwa), suma qamaña (aymara) ou nhandereko (guarani). O qual, segundo Krenak (2020), aponta as múltiplas sociabilidades de comunidades tradicionais, sendo estas possuidoras de formas coletivas de organização, baseadas na relação entre pessoas, natureza e modos econômicos distintos do padrão capitalista.

Considera-se nesse caso que, por estarem assentadas num viés desenvolvimentista, as sociedades capitalistas legitimam sistemas de dominação autoritários e burocráticos que se reproduzem a partir da concentração de poder, acúmulo de riqueza e exploração da sociobiodiversidade (PORTO-GONÇALVES, 2017), além do massacre epistêmico dos não brancos. Elementos que vão na contramão do Bem Viver.

Em oposição ao discurso disseminado ao longo dos séculos pela geopolítica mundial, fundado no colonialismo que afeta a Amazônia e, conseqüentemente, suas populações, tem-se reafirmado práticas tradicionais que caracterizam os indicadores

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de Bem Viver, tendo em vista a manutenção dos modos de vida que possibilitam a existência de povos e comunidades tradicionais, as quais vão muito além do “projeto modernidade” defendido pelo grande capital (RODRIGUES; LIMA, 2020).

Enquanto fronteira da região amazônica, o Baixo Tocantins, atualmente composto por onze municípios, cuja área territorial é contabilizada em 31.989km² (PARÁ, 2023), também fora inserido há séculos no ciclo de acumulação capitalista, em razão do seu potencial econômico frente aos interesses intrínsecos e manifestos por este determinado modo de produção e dominação e pela sua capacidade de contribuir na expansão do processo de acumulação de riqueza a uma pequena, mas específica parcela populacional: os proprietários dos meios de produção.

Tal região é formada por áreas de várzea, ilhas e terra firme, dividindo-se em três subterritórios (SOUZA, 2011) – agroextrativista, agroindustrial e minero-metalúrgico – nos quais desenvolvem-se diversas atividades produtivas, com destaque para o modelo de produção denominado agronegócio e para a atividade de exploração mineral, ambos causadores da destruição da natureza e das demais formas de vida identificadas localmente.

Em meio a tantas atividades produtivas, povos e comunidades tradicionais da região resistem às imposições do grande capital pautando-se em práticas tradicionais fundamentadas na ancestralidade e espiritualidade, cujos valores aproximam-se diretamente daquilo que é proposto e fundamenta o conceito de Bem Viver, ou seja, atributos que contrariam o desenvolvimentismo perpetuado, o qual compreende a terra unicamente como meio necessário para a apropriação capitalista.

Desta forma, apesar do crescente avanço do capital na referida região, observa-se ainda a coexistência de diferentes modos de vida os quais fundamentam-se em concepções distintas acerca do que seria, de fato, a realidade amazônica, o que implica, ou resulta, de uma visão de mundo geralmente constituída, sobretudo, pela relação estabelecida entre homem (ser humano, no geral) e natureza, conforme trabalhada na concepção de Bem Viver.

PROMOÇÃO



APOIO



3 INDICADORES DE BEM VIVER E O AVANÇO DO CAPITAL NO BAIXO TOCANTINS: UM OLHAR A PARTIR DE QUATRO MUNICÍPIOS

O avanço do capital nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena e Moju ocorre por meio da implementação de políticas de cunho desenvolvimentistas concentradas num modelo de produção condizente com o ciclo de acumulação capitalista e, conseqüentemente, com a aniquilação de todas as formas de vida descartáveis ao capital, sobretudo de povos e comunidades tradicionais. Em meio a isso, observa-se o apagamento de características e/ou elementos capazes de subsidiar os indicadores de Bem Viver.

Partindo desse pressuposto, realizou-se mapeamento dos indicadores de Bem Viver e, a partir disso, uma análise geral dos impactos decorrentes da territorialização do capital sobre os mesmos nos quatro municípios, expressa a partir da anexação de grandes empreendimentos de mineração, portos, monoculturas baseadas na acumulação fundiária, minerodutos, linhões e toda a logística necessária para a expansão dos corredores capitalistas na Amazônia.

A matriz de indicadores sugerida por Alcântara e Sampaio (2020) oportunizou a organização de tais indicadores em nove dimensões específicas, sendo elas: 1) fatores produtivos; 2) participação; 3) família; 4) segurança; 5) educação; 6) saúde; 7) território; 8) natureza; e 9) pertencimento.

Na dimensão fatores produtivos, os indicadores e atributos buscados estão relacionados a práticas sociais de produção alimentar (tipo de prática e sua finalidade, bem como o tipo de produção), além de outras práticas produtivas (emprego/trabalho, ocupação). Já na segunda, a participação se dá em organizações sociais, em grupos sociais e culturais, em sistemas de governança e/ou em espaços deliberativos das políticas sociais. A terceira dispõe sobre a permanência dos jovens nas comunidades, enquanto que a quarta tem como características a frequência de assaltos e furtos e o policiamento nas comunidades, seja pela presença de agentes públicos ou privados.

PROMOÇÃO



APOIO



A quinta dimensão possui como indicadores a educação, compreendida tanto pelas práticas sociais de produção e reprodução bem como pela educação formal. Já na sexta, tem-se como atributos os serviços de saúde, o uso de plantas medicinais e a presença de curandeiros e parteiras. A sétima pode ser caracterizada a partir da segurança da posse, da autogestão e do uso do território, segurança alimentar, regularização fundiária e ambiental e do acesso e gestão dos bens de uso comum. A oitava está relacionada à biodiversidade, qualidade do ar, água e terra, uso de agrotóxicos e pesticidas e às nascentes de água. Por fim, a nona deve ser pensada com base na identidade com o lugar e o sentimento de compromisso com o mesmo.

O quesito participação demonstrou-se como um dos indicadores de Bem Viver mais expressivo, pois os moradores das comunidades tradicionais localizadas nos municípios delimitados para esta pesquisa inserem-se nos mais diversos espaços, com destaque para as associações quilombolas, a exemplo da Associação Quilombola do Baixo Caeté Comunidades Laranjituba e África (AQUIBAC) e da Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP), em Abaetetuba; Associação de Moradores dos Quilombos do Alto Acará (AMARQUALTA), em Acará; Associação da Comunidade Quilombola Indígena Sítio Conceição (ACOMQUISC), em Barcarena; além das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu (BAMBAÊ), em Moju. Também se inseriram na Coordenação de algumas dessas associações: Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGU) e Coordenação da Associação das Comunidades Quilombolas de Gibríe de São Lourenço (ACOQUIGSAL).

Entretanto, tais associações quilombolas estruturaram-se inicialmente como associação de moradores, até que a memória coletiva e a oralidade reafirmaram-nas enquanto território tradicionalmente ocupado, dando origem às associações dos Deslocados de Barcarena (ADEBAR), dos Moradores de São Lourenço, dos Moradores do Sítio Conceição e dos Moradores de Jambuaçu.

Ademais, tem-se registro acerca da participação no Movimento dos Peconheiros e Peconheiras, Movimento das Tucandeiras, Movimento em Defesa do

PROMOÇÃO



APOIO



Território, Movimento de Mulheres, Movimento da Juventude Quilombola de Jambuaçu, como também nos mais diversos grupos culturais (de mães, idosos, mulheres, times de futebol etc.). No que diz respeito à religião, filiam-se às mais conhecidas: catolicismo, evangelho e umbandismo.

Outro indicador que se destacou trata da dimensão de pertencimento, na qual tem-se o reconhecimento e afirmação enquanto moradores de terras tradicionalmente ocupadas, herdeiros e perpetuadores do espírito de luta dos seus antepassados, cujo sentimento pode ser resumido no compromisso com a sua ancestralidade, com a natureza e com os companheiros. Resgata-se, para tanto, a memória coletiva, a ancestralidade e a coletividade, compreendendo a terra como bem material pertencente historicamente àqueles que nela convivem há séculos.

No quesito educacional, a educação “informal” é possuidora de grande relevância, dada a sua predominância nos materiais analisados, em razão de ser repassada diariamente pelos familiares, principalmente os mais velhos, referindo-se sempre aos antepassados, cujo ponto de partida é a cultura do respeito ao pedir permissão, licença etc. Alguns elementos são considerados essenciais durante os ensinamentos tradicionais, a exemplo da memória coletiva, ancestralidade, educação popular, todos embasados no compartilhamento de experiências, desde o momento das roçagens até os espaços de religiosidade.

De acordo com a fala de um dos moradores do Território Quilombola Bom Remédio, em Abaetetuba: “Preservamos, valorizamos e repassamos nossas práticas tradicionais de produção, culturais e expressões religiosas deixadas pelos nossos antepassados [...]” (PROTOCOLO DE CONSULTA – TERRITÓRIO QUILOMBOLA BOM REMÉDIO, 2020). Segundo Santos (2019), o repasse destes ensinamentos também ocorre durante as relações laborais nas Comunidades Quilombolas Laranjituba e África, em Abaetetuba, ao afirmar que:

[...] essas atividades laborais têm uma importância decisiva na reprodução social simbólica dessas comunidades. O sentimento de pertencimento a uma família, a um grupo social são interiorizados nessas atividades, o indivíduo criança, adolescente ou jovem aprende as técnicas de trabalho e se

PROMOÇÃO



APOIO

percebem subjetivamente pertencente ao grupo familiar e étnico em um modo de ser. [...] o trabalho aliado ao modo de vida comunitário contribui para a manutenção da fronteira étnica. (SANTOS, 2019, p. 108)

Se no século passado o êxodo rural fora incentivado massivamente, observa-se atualmente uma tendência de permanência dos jovens nas comunidades, que pretendem ir ao centro metropolitano somente para estudar, caso seja necessário, desde que no final (do dia ou dos estudos) voltem às suas respectivas comunidades.

No entanto, em relação a educação “formal” percebeu-se a ausência de unidades escolares próximas às comunidades, configurando-se numa ação orientada por um viés etnocida que desconsidera as especificidades dessas populações, o que faz com que crianças e adolescentes desloquem-se do local de sua moradia para, então, estudarem (ensino fundamental, médio e ensino superior – o ingresso neste último trata-se de instrumento de luta atualmente).

Contrariando o que é defendido por povos e comunidades tradicionais, muitos são os resultados negativos da implementação de intervenções governamentais e/ou privadas geradoras de impactos socioambientais, a exemplo do abandono involuntário de algumas atividades produtivas devido a não garantia de condições mínimas para a sua realização, no que se refere aos fatores produtivos.

Se antes as práticas sociais de produção alimentar concentravam-se majoritariamente na agricultura familiar, nas plantações de mandioca, açaí, milho, dentre outras culturas ditas populares, além da criação de pequenos animais, pesca, caça, extrativismo e produção de madeira, carvão, farinha e açaí, estas foram e continuam sendo suprimidas pela ordem capitalista em suas múltiplas faces, o que pode ser constatado em relato retirado do Protocolo de Consulta da Comunidade Quilombola Gibrié de São Lourenço, localizada no município de Barcarena: “[...] os empreendimentos do Governo, empresas privadas, cidadãos com interesses pessoais, que chegam até nós pressionando, ameaçando, desrespeitando nossos direitos de quilombolas [...]” (PROTOCOLO DE CONSULTA QUILOMBOLA GIBRIÉ DE SÃO LOURENÇO, 2017, p. 16-17) .

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Consequentemente, os moradores locais se viram e veem na obrigação de vender sua força de trabalho às empresas, por meio de contratos temporários extremamente precários, com redução de postos de trabalho e exploração absoluta da força produtiva, tendo em vista a sua sobrevivência e manutenção dos seus. Ademais, realiza-se parceria entre os pequenos produtores e os empresários do agronegócio, sendo esta uma das formas de sobrevivência adotadas por alguns dos moradores das comunidades tradicionais localizadas no Território Quilombola de Jambuaçu, em Moju.

Para complementar a renda, ou como única fonte de renda, optou-se pela elaboração de peças como paneiros, abanos etc. e pela fabricação de objetos de cerâmica. Embora em menor intensidade, a produção de carvão se perpetuou. Há ainda a instalação de sistemas agroflorestais, produção de roupas, programas de transferência de renda do Governo Federal, aposentadorias e trabalhos comunitários.

Sobre a segurança, os moradores relatam que a taxa de violência aumentou depois da instalação dos empreendimentos capitalistas, expressa na quantidade e frequência de assaltos e furtos nas comunidades. Ainda que haja unidades policiais nas redondezas, elas estão a serviço unicamente do regime de propriedade privada. Em decorrência disso, desconsidera-se a proteção e integridade do território e da vida das pessoas que lá residem. Soma-se a essa realidade a pirataria, a venda de drogas e roubos de pequenos animais.

Notou-se também a ausência de serviços básicos de saúde, haja vista que não há hospitais nem unidades básicas de saúde próximos às comunidades, mesmo com tantos adoecimentos físicos e psíquicos, e a diminuição significativa na quantidade de curandeiros, parteiras, pajés, benzedeiros e puxadeiras,. Os moradores atribuem tal redução à chegada de igrejas evangélicas em seus territórios.

Na dimensão território, ocorre apropriação de terras tradicionalmente ocupadas para a instalação de projetos portuários e industriais, conflitos pela posse da terra, grilagem de terras, concessão ilegal de licenciamento ambiental às grandes empresas por parte do Estado, enriquecimento ilícito de um particular beneficiado

PROMOÇÃO



APOIO

com um imóvel público, insegurança alimentar, não acesso a recursos naturais nem sobre a gestão dos mesmos, cercamentos como estratégia de privar o acesso aos recursos presentes nos limites das propriedades privadas, devastação ambiental, invasão de terras tradicionalmente ocupadas por migrantes devido o fluxo migratório, deslocamentos e remanejamentos forçados, aumento em número e valor na venda de terras, instalação de tubos (minerodutos), ameaça à integridade do território, entrada indevida de terceiros interessados nos recursos pesqueiros para posterior venda, dentre outros elementos.

Como resultado, observa-se uma série de impactos socioambientais com alta probabilidade de perda ou escassez de recursos naturais, em razão da contaminação do ar, da água e do solo. A qualidade do ar tem sofrido interferência dada a emissão de carbono em grandes quantidades pelas empresas. Já os corpos hídricos têm padecido com o despejo irregular de substâncias tóxicas, diminuição do volume dos cursos d'água, obstrução de pesqueiros, assoreamento do rio, erosão das margens, circulação de grandes embarcações e aparecimento de sanguessuga na várzea do rio Murucupi, em Barcarena, o que indica desequilíbrio ambiental.

Tais ações repercutem na quantidade, tamanho e composição das espécies, pois os moradores relatam sentirem gosto diferente nos peixes e camarões. Isso tudo resulta na extinção de algumas delas. Os moradores chegaram a mencionar também um fenômeno denominado “fuga dos peixes” para outros espaços onde eles poderão se reproduzir.

A respeito da contaminação do solo, identificou-se a infertilidade ocasionada pela prática da monocultura que resulta na destruição da mata ciliar e pelo uso de agrotóxicos, somada ao desmoronamento de terras, a construção de estradas e migração, o desmatamento e às mudanças climáticas. Logo, as práticas costumeiras ligadas ao manejo dos recursos naturais sofreram uma “[...] queda vertiginosa de sua produção agrícola e pesqueira e, conseqüentemente, de sua comercialização [...]” (SOUZA, 2006).

PROMOÇÃO



APOIO





Em resumo, o avanço do capital, permitido pelo Estado e a falta de políticas públicas que os reconheça em suas demandas e necessidades leva a uma série de problemáticas, sendo elas: invasão dos territórios, aumento do consumo de drogas, pessoas desconhecidas circulando na comunidade, gravidez precoce, prostituição, falta de esporte e lazer, pesca e caça predatória, poluição dos rios, do ar e da terra, saúde pública precária, pirataria, abuso e exploração sexual, desemprego, desrespeito as cosmologias, racismo institucional e êxodo rural, esse último em menor quantidade comparado aos outros indicadores, as quais contribuem diretamente no desaparecimento de elementos que subsidiam indicadores de Bem Viver.

4 CONCLUSÃO

As análises dos indicadores de Bem Viver nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena e Moju, evidenciaram as especificidades históricas de territórios tipicamente amazônicos. Nestes, populações estão plantando, colhendo, vivendo em harmonia com a terra há, no mínimo, um século, algumas resistindo desde o período escravocrata. Porém, a contar do final do Séc. XX, quando obras de infraestrutura passaram a ser fomentadas para a região a fim de aumentar os corredores de produção e escoamento capitalistas, elas passaram a viver em constante inquietação.

Assim, povos e comunidades tradicionais têm reafirmado práticas costumeiras através das quais resistem e subsidiam indicadores de Bem Viver, cuja conceituação não se limita, mas está em constante movimento, assim como as cosmologias indígenas que o inspiram, visibilizadas somente a partir da reestruturação capitalista neoliberal do final do século XX. Assim sendo, o conceito de Bem Viver trata-se, de fato, da descolonialidade do poder no sentido de uma contínua produção democrática da existência social. Além disso, é importante salientar que se constitui como um horizonte sócio-histórico, o qual visa novos arranjos e configurações de produção e reprodução da vida em sociedade.

PROMOÇÃO



APOIO



A partir dos resultados encontrados, foi possível mapear os indicadores de Bem Viver nas comunidades tradicionais antes e depois da implementação de intervenções governamentais e privadas geradoras de impactos socioambientais, resultantes dos interesses que perpetuam o avanço do Capital na Amazônia.

Nesse sentido, a expropriação do território manifesta-se no apagamento simbólico, cultural e físico de modos de vida tipicamente tradicionais, caracterizado pelo abandono involuntário de práticas comuns a essas populações, como consequência do aumento da violência, invasões ao território, poluição dos rios, do ar e da terra, extinção de espécies e todos os efeitos advindos da implementação de políticas desenvolvimentistas, seja via Capital e/ou Estado.

Tais realidades intensificam-se pela inexistência de políticas públicas que atendam as particularidades da população amazônica, especialmente de povos e comunidades tradicionais por se organizarem na linha de frente da defesa dos socioterritórios, tendo como única alternativa construir uma nova sociabilidade não mais baseada na colonialidade e que resgate elementos de Bem Viver, o qual se opõe ao que o capitalismo prega antes mesmo dele existir.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, p. 78-101, jan./jun. 2020.

DOURADO, P. N. O paradigma do Bem-Viver: Do desenvolvimento alternativo à alternativas de desenvolvimento. **Revista Contraponto**, v.6, n.2, p.43-53, 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan/fev 2002.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

PARÁ, Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Perfil socioeconômico e ambiental da Região de Integração Tocantina.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Protocolo de Consulta – Território Quilombola Bom Remédio. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2020.

Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Consentimento - Comunidade Quilombola Gibrié de São Lourenço. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2017.

QUIJANO, Aníbal. “BEM VIVER”: ENTRE O “DESENVOLVIMENTO” E A “DES/COLONIALIDADE” DO PODER. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 37, n. 01, p. 46–57, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Danilo Mourão dos. **Reconhecimento da identidade quilombola entre jovens nas Comunidades Laranjuba e África em Abaetetuba (PA): a percepção do “ser quilombola”.** 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOLÓN, Pablo. (Org.) **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização.** Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, Armando Lírio de. **Desenvolvimento territorial rural e a dinâmica da agricultura familiar no Baixo Tocantins (PA).** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Wellington Cezar de Andrade. **Vinte e cinco anos depois: efeitos sociais do Projeto ALBRÁS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena-Pará).** 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PROMOÇÃO



APOIO